

## **Comunicação e história: o papel do Memorial da Resistência do Estado de São Paulo na (re) construção das narrativas históricas sobre a ditadura militar (1964-1985)<sup>1</sup>**

Felipe Correa de MELLO<sup>2</sup>

Maria Aparecida BACCEGA<sup>3</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

### **Resumo**

O Memorial da Resistência do Estado de São Paulo é uma instituição museológica voltada para a pesquisa e comunicação das memórias da resistência e da repressão do Brasil Republicano. Ao dar destaque a determinados acontecimentos e memórias, ele contribui para a edição do mundo, desempenhando importante papel na práxis de (re) construção das representações e imaginários sociais. Constitui-se, assim, como importante mídia no embate de constituição dos sentidos sociais e na formação de cidadãos críticos. Nesse artigo, fazemos alguns apontamentos sobre o papel do Memorial da Resistência na (re) construção de narrativas históricas e de memórias sobre os regimes autoritários no Brasil republicano, em especial a ditadura militar (1964-1985). Nesse percurso, damos destaque ao processo de (re) construção do antigo espaço carcerário do DEOPS/ SP.

**Palavras Chave:** comunicação; educação; Memorial da Resistência do Estado de São Paulo; discurso da história; memória

### **Introdução**

O Memorial da Resistência de São Paulo integra a Estação Pinacoteca e ocupa parte do edifício que pertenceu ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP, durante o período de 1940 a 1983. Foi criado em 2008 a partir de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, conjugada com a mobilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo do Fórum Permanente de Ex- Presos Políticos do Estado de São Paulo e da administração da Pinacoteca do Estado. É a única instituição desse tipo no Brasil.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM, São Paulo), pesquisador do Grupo CNPq de Pesquisa em Comunicação, Educação e Consumo (ESPM). felipeccmello79@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Livre Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Decana do PPGCOM-ESPM, São Paulo, coordenadora do Grupo CNPq de Pesquisa em Comunicação, Educação e Consumo (ESPM). mabga@usp.br

O programa museológico do Memorial é estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda e comunicação das memórias da resistência e da repressão do Brasil Republicano – de 1889 até os dias de hoje. Seu objetivo, assim como o objetivo de outras instituições museológicas do mesmo tipo, é a construção de um espaço voltado para a reflexão crítica da história recente, para o aprimoramento da democracia e para a valorização de uma cultura em direitos humanos. O Memorial possui as seguintes linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições (Permanente e temporárias), Ação Educativa e Ação Cultural (ARAUJO; BRUNO, 2009).

Em linhas gerais, o discurso expositivo é organizado a partir dos enfoques temáticos “Resistência”, “Controle” e “Repressão”. Assim, a despeito de as memórias mostrarem as atrocidades cometidas pelos aparatos repressivos e de controle estatais, elas, ao mesmo tempo, são construídas de forma a iluminar a dimensão de luta e de resistência da sociedade brasileira diante dos regimes ditatoriais.

A exposição de longa duração está abrigada no antigo espaço carcerário do DEOPS/SP e é organizada em quatro módulos. Nos dois primeiros módulos (Módulo A e Módulo B), os visitantes acompanham, a partir de diversos recursos como imagens, linhas do tempo, vídeos interativos e documentos, a história do Brasil republicano tendo como ênfase a Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). O terceiro módulo (Módulo C) é composto pelo espaço prisional do DEOPS/SP – constituído pelas quatro celas remanescentes, pelo corredor principal e pelo corredor para banho de sol –, e tem como objetivo apresentar o cotidiano dos presos políticos. O quarto módulo (Módulo D) é um espaço que oferece aos visitantes aprofundamento temático através de consulta a banco de dados referenciais por meio de computadores, assim como através de amostragem de objetos e documentos relacionados ao contexto cultural e histórico contemplado pelo Memorial.

Nesse artigo, temos como objetivo fazer alguns apontamentos sobre o papel do Memorial da Resistência do Estado de São Paulo na (re) construção de narrativas históricas e de memórias sobre os regimes autoritários no Brasil republicano, em especial a ditadura militar (1964-1985). Nesse percurso, damos destaque ao processo de (re) construção do antigo espaço carcerário do DEOPS/ (Módulo C) e analisamos a importância dada pela equipe do Memorial em evidenciar a seus visitantes esse processo de (re) construção do

edifício, contribuindo, assim, para a reflexão crítica acerca dos embates sociais que constituem a história.

Partimos de um enfoque teórico que considera que o discurso histórico elaborado pelo Memorial da Resistência se insere numa cadeia discursiva (Bakhtin) e é realizado por sujeitos condicionados pelo contexto social e histórico, pela posição de classe na qual estão inseridos, pela cultura, e, que por isso, “elaboram determinadas articulações dos fatos (e não outras), selecionando com base no que eles consideram de importância na contemporaneidade histórica e elaborando as articulações dos acontecimentos do passado a começar da contemporaneidade” (BACCEGA, 2007, pp. 25-6).

Em nossa exposição, buscamos estabelecer um diálogo entre algumas reflexões do campo da história/museologia e do campo da comunicação/educação. Compreendemos que o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo se relaciona ao campo da comunicação na medida em que está fundado em um enfoque interdisciplinar e transdisciplinar, bem como por seu discurso expositivo envolver, além das mostras permanentes e temporárias, uma diversidade de ações que incluem lançamentos de livros, mostras de cinema, atividades teatrais e musicais, dentre diversas outras atividades culturais e educativas relacionadas à temática da repressão, controle e resistência durante a história do Brasil republicano, como cursos de formação e materiais de apoio didático para professores.

Os apontamentos aqui apresentados contam com material extraído de entrevistas com os gestores e coordenadores do Memorial da Resistência, bem como dados preliminares de pesquisa exploratória realizada a partir de visitas ao Memorial e de análise de material documental – concentrada sobretudo na análise do projeto museológico de implantação do Memorial e nos materiais de apoio didático e de referência publicados pela instituição.

## **1. O Memorial da Resistência, a (re) construção da história brasileira e as batalhas pela memória**

O Memorial da Resistência se insere no conjunto dos Memoriais e instituições museológicas criadas com a finalidade de coletar, preservar e comunicar memórias e narrativas acerca de determinados episódios e períodos históricos de extrema violência e de violações sistemáticas aos direitos humanos. Esses, construídos em contextos sociais pós-traumáticos e/ou de justiça de transição (momentos de passagem de regimes autoritários

para democráticos), reivindicam, fundamentalmente, o direito à memória, à verdade e à justiça face aos processos de silenciamento e/ou ocultamento acerca desses episódios e períodos. São, por exemplo, os Memoriais destinados à memória do Holocausto e os Memoriais voltados ao resgate das histórias relacionadas aos regimes ditatoriais na América Latina.

Concebidos em contextos de transição política e/ou pós-traumático, os Memoriais voltados para a preservação e comunicação de episódios traumático e de violência são instituições que lidam com “temas sensíveis” por tratarem de um passado recente e problemático. Problemático não só no sentido de que possuem como objeto acontecimentos de extrema violação dos direitos humanos — acontecimentos difíceis de abordar e de rememorar — mas, sobretudo, no sentido de que acerca desse passado ainda não há um consenso na sociedade sobre *o que* dizer e *como* dizer. A construção da memória coletiva e da reparação simbólica e material é ainda, na maioria dos casos, como no Brasil, um processo em curso que encerra diversas e conflitantes versões em disputa (ARAÚJO, 2013, p. 9). Nesse contexto, a importância dos diversos Memoriais ao redor do mundo e, em nosso caso, do Memorial da Resistência, é central para o fortalecimento de uma cultura verdadeiramente democrática.

Como nos informam o campo da história e o campo da comunicação (BACCEGA, 2007; FEBVRE, 1985; MENESES, 1994; SCHAFF, 1983), as memórias (os discursos) não surgem de forma espontânea e automática, mas sim são (re) construções do passado realizadas por sujeitos situados no presente. Enquanto escrituradores do discurso museológico, os agentes do Memorial da Resistência envolvidos na construção das memórias coletivas acerca dos regimes autoritários no Brasil selecionam os acontecimentos históricos e as memórias que julgam importantes serem preservadas e expostas, bem como fazem dialogar esses acontecimentos e memórias a questões que compreendem relevantes na contemporaneidade histórica em que eles e seus potenciais interlocutores estão inseridos.

Nesse processo de construção das memórias dos regimes autoritários, a história aparece em pelo menos duas dimensões: por um lado, os fatos e episódios acerca dos regimes autoritários do Brasil republicano – o passado brasileiro –; por outro, a contemporaneidade histórica implicada na operação de construção do discurso expositivo do Memorial – o presente no qual estão inseridos os agentes envolvidos na construção desse discurso e os seus interlocutores.

Desta forma, nos afastamos da compreensão positivista que concebe a história como um mero conjunto de fatos acabados e gestados, cabendo ao historiador, tão somente, o ato de reuni-los e apresentá-los de forma “imparcial” (BACCEGA, 1998, p. 29).

O fazer do historiador não tem como objetivo apresentar “a relação de fatos históricos constituídos” (BACCEGA, 2007, p. 25). Sua tarefa é buscar a totalidade do passado no presente. A construção da rede de relações que envolvem determinado período, quer dizer, a transformação dos fatos *em si* em fatos *para nós* (BACCEGA, 2007, p.25). Como nos informa Schaff (1983, p.307):

[...] o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso deste termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a formas de acontecimentos históricos. Assim, a despeito das aparências e das convicções correntes, os fatos históricos não são um ponto de partida, mas um fim, um resultado.

Os escrituradores do discurso expositivo do Memorial (re) constroem os fatos históricos. Servem-se do que objetivamente aconteceu – o golpe que deu origem ao Estado Novo, o golpe militar de 1964, a luta de guerrilhas em oposição à ditadura militar, a morte e desaparecimento, a tortura de presos políticos etc. – e transformam em fatos para nós, os interlocutores do discurso do Memorial.

A narrativa histórica e as memórias (re) construídas pelo Memorial são apenas uma das inúmeras possíveis significações dos fatos históricos e possíveis (re) construções da totalidade do passado brasileiro. Ou melhor: os acontecimentos objetivos acerca dos regimes autoritários não são os mesmos para todos os historiadores. Quando afirmamos que o golpe militar se deu no primeiro de abril de 1964 e que a Anistia foi concedida no ano de 1979, “temos incontestavelmente dois fatos históricos, os quais poderão ser diferentemente valorizados de acordo com a formação ideológica a que se prende o historiador” (BACCEGA, 1998, p. 30).

No entanto, isso não implica retirar o caráter de objetividade científica do discurso produzido pelo Memorial – e, no limite, aceitar que existe um grande número de histórias; todas equivalentes entre si, do ponto de vista científico, diferindo, no entanto, do ponto de vista ideológico. Ao desvelarmos o caráter ativo e o condicionamento social da produção do conhecimento histórico, admitimos que a produção do discurso histórico nos fornece “como

resultado verdades parciais, porém objetivas; ‘verdades’ que apontam predominantemente na direção das mudanças ou verdades em que predomina a defesa do estabelecido” (BACCEGA, 1998, p. 30).

Nesse processo de construção do conhecimento, jogam papel importante os critérios de validade científica definidos pelo campo da história e da museologia: o discurso histórico faz parte do domínio (ou série) dos discursos da ciência histórica. Ele dialoga com o conjunto de narrativas históricas que o antecedem, ao mesmo tempo em que institui novos caminhos para as narrativas históricas que estão por vir.

Embora esse diálogo não seja destituído de disputas, a própria dinâmica do campo científico, para usarmos o termo de Bourdieu, permite a avaliação dos pares acerca dos métodos, dos procedimentos e dos referenciais teóricos aplicados na construção do discurso histórico em direção a uma produção cada vez mais objetiva do conhecimento sobre os regimes autoritários e suas múltiplas resistências no Brasil republicano.

Conforme nos é mostrado pelo programa museológico para a implantação do Memorial da Resistência (ARAUJO; BRUNO, 2009, p. 43), a metodologia de trabalho desse é estruturada, dentre outras linhas, a partir de ações de pesquisa voltadas para a “conexão com fontes documentais e orais e com os estudos sobre o DEOPS/SP, produzidos pelos pesquisadores do Proin – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo e de outras instituições congêneres”, bem como a partir de ações de coleta e salvaguarda de documentos destinados à

[...] implantação de centro de referência bibliográfica e de outros produtos de divulgação ligados ao escopo temático do Memorial; preservação e recuperação referencial dos espaços de memória da sede do DEOPS e dos vestígios patrimoniais correspondentes às ações de controle, repressão e resistência; realização de inventários de bens patrimoniais, relativos ao enfoque central do projeto, preservados em instituições de memória (ARAUJO; BRUNO, 2009, p. 44).

Nesse contexto, a ação do fator subjetivo só pode ser superada no processo infinito de acumulação do saber, com a consciência, por parte do sujeito [do conhecimento], da situação que gera possíveis deformações e dos fatores que as determinam” (BACCEGA, 1998, p. 33). E uma das condições fundamentais para essa superação, conforme nos informa Bourdieu e Wacquant (2008), é a incorporação de um *habitus científico* e, com ele, de um

contínuo processo de reflexividade acerca das “mediações sociais” que incidem no processo de produção do conhecimento.<sup>4</sup>

Por outro lado, cabe assinalar um ponto importante em relação ao trabalho realizado pelo Memorial e como esse se relaciona com a questão da objetividade do conhecimento histórico. Os acontecimentos e eventos que são narrados e rememorados pelo Memorial aconteceram *efetivamente*. Quer dizer, cada vez mais, a partir do trabalho conjunto entre academia e organizações políticas e da sociedade civil, são construídas evidências inegáveis das atrocidades cometidas durante o regime autoritário, bem como das múltiplas resistências a essas – independente das diversas ordenações e significações possíveis em relação a esses acontecimentos e fatos.

Nessa situação específica, a luta pela verdade passa, em primeiro lugar, pelo embate contra o esquecimento e o silenciamento: o trabalho das diversas Comissões da Verdade, do campo da história e da museologia, das organizações de ex-presos políticos, de organizações de defesa dos direitos humanos, do Memorial da Resistência, entre outros, visa a justamente resgatar os fatos e, através deles, buscar a punição aos culpados e a reparação (simbólica e material) às vítimas e seus familiares. Além do embate contra discursos e versões dos fatos, o trabalho científico passa pelo combate ao “não-discurso”; pelas omissões e apagamentos acerca dos acontecimentos, que a tantos agentes sociais e grupos interessa.

Afinal, conforme mostra Orlandi (2012), o silêncio é a própria condição da produção de sentido. Assim, a narrativa da história que só enfoca as personagens e feitos representantes do polo dominante, silenciando as vozes populares, os episódios de sistemática violência, os momentos de luta e resistência etc. tende a produzir um efeito de sentido que impede a reflexão sobre a compreensão das forças históricas e, assim, das reflexões que visam a consolidar uma cultura democrática e de defesa dos direitos humanos.

### **As batalhas pelas memórias sobre os regimes ditatoriais no Brasil**

---

<sup>4</sup> Bourdieu não usa o termo “mediações sociais”, porém no contexto exposto ousamos usá-lo para facilitar a compreensão de nosso raciocínio. Por outro lado, o desenvolvimento científico passa, além da validação interna, pela validação externa de seus resultados; quer dizer, passa pela pertinência e relevância da função social do conhecimento produzido. A esse respeito, ver Lopes (2010). Sobre a relação entre verdade e história, ver Schaff (1983).



Ao dar destaque a determinados acontecimentos e memórias, o Memorial da Resistência contribuiu para a edição do mundo, desempenhando importante papel na prática de (re) construção das representações e imaginários sociais. Constituiu-se, assim, como importante mídia no embate de constituição dos sentidos sociais. São comunicadores e educadores.

O Memorial da Resistência do Estado de São Paulo desempenha um importante papel político ao (re) construir as representações acerca dos diversos acontecimentos de violência estatal e de suas múltiplas resistências.

Indissolúvelmente ligado à realidade social na qual está inserido, o discurso do Memorial da Resistência busca estabelecer uma conexão entre passado, presente e futuro que tenha como finalidade a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, o passado resgatado pelo Memorial da Resistência não é abstraído da história, mas sim apresentado com o propósito de educar e fomentar a consciência crítica de seus frequentadores acerca de sua realidade social e histórica. Conforme revela o lema da Coalisão Internacional de Sítios de Consciência, principal rede mundial de Memoriais, o resgate da memória coletiva tem como propósito levar os sujeitos à ação<sup>5</sup>. Quer dizer, a memória evocada opera como conhecimento coletivo que venha a evitar que tais episódios trágicos se repitam na história da humanidade.

Com efeito, conforme a perspectiva defendida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, nas palavras de Schlesener (2007, p. 42), a história é entendida “como um processo contraditório de construção das sociedades e o passado pode ser constantemente retomado e reinterpretado no processo de crítica das relações sociais do presente”. Assim, dentro da perspectiva do filósofo (1984, pp. 32-35), o estudo da história (e com ele, o consumo das memórias) não deve ser entendido como atividade especulativa, mas sim como atividade fundamentalmente política voltada para a compreensão dos embates históricos do passado e do presente. Em outras palavras, uma atividade que esteja voltada tanto para a compreensão das condições históricas que levaram às situações de aniquilamento e violação das vítimas quanto para a compreensão das dinâmicas sociais do presente que incidem no ocultamento ou não dos fatos passados.

Nesse sentido, o Memorial da Resistência – em um processo dialógico de interação com a sociedade – exerce um papel de desenho e redesenho dos sentidos sociais voltado

---

<sup>5</sup> O lema da International Coalition of Sites of Conscience (Coalisão Internacional de Sítios de Consciência) é “memory to action” (memória para ação) ver.: <http://www.sitesofconscience.org/>



para o aprimoramento e para a consolidação de uma cultura democrática e cidadã, constituindo-se, assim, como importante espaço de diálogo com a Escola.

## **2. A reconstrução do espaço carcerário do DEOPS/SP**

Mesmo sendo extinto em 1983, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) ocupou o edifício onde está situado o Memorial da Resistência até o ano de 1997. Ao longo dos anos posteriores uma série de propostas surgiram acerca da ocupação do prédio, no contexto de revitalização do centro da cidade de São Paulo. Em 1999, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico do Estado de São Paulo (Condephaat) tombou o edifício. Nesse mesmo ano foi aberta no local a exposição “Anistia 20 anos”, bem como foi encenada a peça “Lembrar é Resistir” de Izaías Almada, que ficou em cartaz de setembro de 1999 a dezembro de 2000 (ARAÚJO; BRUNO, 2009).

Após reforma, em 2002 o edifício foi aberto abrigando o “Memorial da Liberdade”, administrado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. A reforma realizada para abrigar esse Memorial foi alvo de intenso descontentamento por parte de militantes políticos, uma vez que contou com a descaracterização do espaço carcerário do DEOPS/SP – num projeto que claramente estava voltado para apagar as marcas do passado de opressão. A denominação do espaço também foi alvo de contestação: Memorial da *Liberdade* em muito silenciava o que fora aquele espaço: muito mais um espaço de repressão e resistência do que de liberdade.

Assim, a partir de ampla mobilização de setores organizados da sociedade civil (sobretudo de ex-presos políticos) em conjunto com o Estado e membros da academia, o Memorial da Liberdade “recebeu um projeto que propunha nova perspectiva museológica, com o objetivo de ampliar sua ação preservacionista e cultural, por meio da problematização e atualização de caminhos da memória da resistência e repressão” (ARAÚJO; BRUNO, 2009, p. 37). Foi criado, então, o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo.

Em contrapartida, os envolvidos na implantação desse novo projeto museológico se depararam com um edifício totalmente reformado, que em quase todos os aspectos apagava os vestígios de que ali, durante quatro décadas, funcionou uma instituição estatal de repressão. As celas, tal como eram durante o período de ocupação do DEOPS/SP foram totalmente reformadas durante a implantação do Memorial da Liberdade. A história dos presos que ali ficaram, totalmente apagada. O desafio, com o projeto de criação do Memorial da Resistência, era o de assinalar e fazer lembrar que aquele era um espaço de repressão e de resistência. A solução foi a reconstrução parcial das celas como eram durante o funcionamento do DEOPS/SP na ditadura militar (1964-1985)<sup>6</sup>.

As celas reconstruídas fazem parte do “Módulo C: A construção da memória nas celas do DEOPS/SP” – “segmento mais importante e estruturador da exposição de longa duração do Memorial” (ARAUJO; BRUNO, 2009, p. 82). Esse módulo é composto além das quatro celas e do corredor para banho de sol, por painéis e diversos suportes visuais que apresentam ao visitante todo o processo de implantação do Memorial da Resistência, bem como uma série de testemunhos sobre o cotidiano na prisão.

O projeto de reconstituição das celas foi elaborado a partir de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, contando com a importante participação de representantes do Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo – testemunhas privilegiadas do cotidiano das celas durante a ditadura militar (ARAUJO; BRUNO, 2009, p. 59). Assim, uma das metodologias principais para a esse projeto foi a recuperação das memórias dos ex-presos que estiveram encarcerados no prédio do DEOPS/SP. Nesse ponto, destaca-se o processo de reconstituição das inscrições nas paredes das celas por parte dos ex-presos.

---

<sup>6</sup> Ressaltamos que o discurso expositivo não se reduz ao espaço carcerário (Módulo C). O primeiro módulo da exposição permanente é o Módulo A: “O edifício e suas memórias”, no qual está articulada de um lado a cronologia de ocupação do edifício e, de outro, um vídeo apresentando a história e estrutura do Deops/SP. O segundo módulo (Módulo B), denominado “Controle, repressão e resistência: o tempo político e a memória” apresenta, através de recursos multimídia, as noções e fatos relativos ao controle, repressão e resistência, bem como apresenta a contextualização do espaço prisional no âmbito do Brasil republicano. O terceiro módulo é o módulo C, seguido pelo quarto e último módulo (módulo D) denominado “Da carceragem ao Centro de Resistência”, no qual se oferece aprofundamento temático através de consulta a banco de dados referenciais através de computadores, bem como através de amostragem de objetos e documentos relacionados ao contexto cultural e histórico contemplado pelo Memorial.



**Figura 1:** Inscrição na reconstrução da cela 3, em janeiro de 2009  
**Fonte:** Acervo do Memorial da Resistência



**Figura 2:** Cela 2- Reconstituição parcial  
**Fonte:** Acervo pessoal

Conforme é relatado pelos coordenadores do projeto de implantação do Memorial (ARAUJO; BRUNO, 2009, p. 88), a inscrição nas celas não teve como objetivo a reprodução fiel do que estava escrito nas paredes na época da ditadura, e que fora apagado pela reforma do edifício em 2002. Embora fosse possível, por outras fontes e métodos, copiar *ipses literis* as inscrições, a equipe do Memorial, optou por uma atividade expográfica nas celas a partir da memorização individual e coletiva dos ex-presos.

Como mostra Soares e Quinalha (2011, p. 79), o signo da memória é constituído pela tensão “entre dois sentidos que lhe são constitutivos: a recordação e a imaginação”. Meio de acesso ao passado recente, a memória é capaz tanto de trazê-lo ao presente quanto de recriá-lo, incorporando a ele novos elementos. Por muito tempo foi concebido que essas duas dimensões da memória eram excludentes: enquanto a imaginação estava voltada para o terreno do irreal e do fantástico, a recordação estava voltada diretamente para a recuperação fiel do passado (SOARES; QUINALHA, 2011, p. 59).

Em contrapartida, conforme complementam esses autores, hoje é amplamente aceita a concepção de que a dimensão imaginativa é uma forma de conhecimento tão legítima quanto a rememoração. Mais: ambas compõem uma unidade dialética. Assim: “a partir dessa concepção, as dimensões políticas e coletivas da memória e sua relação com a qualidade democrática das diferentes sociedades em momentos pós-transicionais ou pós-conflitivos” (SOARES; QUINALHA, 2011, p. 59).

Desenha-se no discurso expositivo do Memorial, por um lado, um afastamento da proposta (ilusória) positivista de reconstrução do passado e por outro, uma proposta museológica comprometida com o estímulo da educação crítica e reflexiva. Isso porque a proposta de apresentação das celas não tem um caráter fetichista de apresentar para seus visitantes o passado tal como ele foi. Quer dizer, a proposta não tem um propósito de “antiquário” disposto tão somente à “celebração” e contemplação passiva. Muito pelo contrário. As celas reconstruídas, bem como as inscrições, estão lá com o propósito de gerar um impacto emocional e informacional que possibilite a formação de cidadão críticos e reflexivos.

Esse sentido é reforçado pela opção do Memorial em assinalar para o visitante o processo de reconstrução das celas. Em especial na cela 1 do Módulo C do Memorial, são expostos textos e fotos que revelam seu processo de reconstrução. Em outras palavras: os envolvidos no projeto de implantação do Memorial da Resistência tiveram a preocupação de evidenciar as mediações que fizeram parte da constituição do discurso expositivo desse.

Mostram, assim, que todo discurso, que toda memória é construída por sujeitos sociais e históricos. Isso é muito importante dentro da proposta intelectual e política em que o Memorial está inserido, uma vez que ajuda a mostrar para seu público que a história é uma narrativa construída a partir do presente, bem como iluminar a complexidade das relações políticas e sociais.



**Figura 3:** Cella 1 - Processo de implantação do Memorial da Resistência  
**Fonte:** Acervo do Memorial da Resistência do Estado de São Paulo

### **Apontamentos finais**

A comunicação das memórias e narrativas históricas realizada pelo Memorial da Resistência não é uma atividade especulativa, mas uma atividade fundamentalmente política voltada para o presente. A história não é tomada como uma entidade “em si”, mas como um espaço de embates simbólicos: o passado é compreendido como objeto de disputa que é constantemente retomado e (re) construído e que funciona como um espaço ativo nas relações de força do presente.

O Memorial da Resistência do Estado de São Paulo assume grande importância no contexto social e político brasileiro dada a peculiaridade de nosso processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia. Transição essa que envolve, dentre outros fatores, a Lei de Anistia concedida também aos torturadores, a falta de esclarecimento acerca de



diversos desaparecidos e mortos durante a ditadura. Nesse contexto, o Memorial é uma poderosa mídia que contribui para a conquista de justiça, ao garantir tanto a reparação simbólica aos vitimados e seus familiares quanto ao possibilitar a conscientização pública sobre a verdade acerca das atrocidades cometidas durante a ditadura.

O discurso expositivo do Memorial opera como embate à ideologia dominante no que tange à interpretação do período da ditadura. Mostra a produção de narrativas que revelam alternativas possíveis que ocorreram em determinadas circunstâncias concretas, mas que a partir das lutas políticas foram vencidas, sufocadas, esquecidas ou mistificadas. Mais: ao explicitar os procedimentos de implantação e reconstituição parcial das celas, o Memorial oferece subsídios aos visitantes para refletirem sobre o processo de (re) construção da história.

Cabe ressaltar que o discurso produzido pelo Memorial vai além da exposição de longa duração. Essa, como mostra Neves (2012, pp. 44-5), é só um dos dispositivos de comunicação do Memorial. A efetividade da função social do Memorial só é obtida a partir do desenvolvimento de programas museológicos que estejam articulados entre si. Desta forma, o Memorial se propõe a realizar, sistematicamente, exposições temáticas, ações de pesquisas, ações culturais e ações educativas que estejam articuladas entre si – conforme é definido por suas linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições (Permanente e temporárias), Ação Cultural e Ação Educativa – essa, sendo um importante canal de diálogo com educadores formais e não formais, sobretudo professores da rede, através de atividades como encontros de formação de educadores, palestras e materiais pedagógicos de apoio.

Além do mais, para a construção efetiva da memória coletiva, bem como para a difusão pública cada vez mais ampla dessa, é indispensável a articulação do Memorial com outras instituições da sociedade civil. Nesse ponto, o diálogo com o campo escolar é fundamental, uma vez que os educadores (formais ou não formais) podem se constituir como agentes multiplicadores do discurso e das memórias sobre as ditaduras no Brasil republicano.

### **Referências bibliográficas**

ARAUJO, M. M.; BRUNO, M. C. O. (org.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

ARAUJO, M. P. “O ensino de ditadura militar nas escolas: problemas e propostas de trabalho”. In: **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. In: ARAUJO, M. P.; SILVA, I. P.; SANTOS, D. R. (org.). Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. pp. 9-10.

BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998

BACCEGA, M. A. Discurso da comunicação: encontro entre ficção e realidade. **Comunicação e Educação**, Ano XII, n. 3, set/dez, 2007. pp. 23-34.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2008.

FÈBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LOPES, M. I. V. “Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação”. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. (orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. pp. 27-49

MELLO, F. C. de; BACCEGA, M. A. Memória, comunicação e cultura: o diálogo entre o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo e o campo escolar. **Revista Comunicação e Educação**. No prelo.

MENESES, U. T. B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Vol. 2, n. 1, São Paulo, 1994.

NEVES, K. R. F. “Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual” In: FERREIRA, M. L. M.; MICHELON, R. **Memória e esquecimento**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. pp. 35-66.

ORLANDI, E. **Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

SCHAFF, A. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SOARES, I. V. P.; QUINALHA, R. H. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 10, pp. 75-86, junho/2011.